

Convite para as paisagens literárias urbanas

Ana Isabel Queiroz

ai_queiroz@fcs.unl.pt

Instituto de Estudos de Literatura Tradicional
Faculdade de Ciências Sociais e Humanas – Universidade Nova de Lisboa
Avenida de Berna, 26-C
1069-061 Lisboa

No diploma que transpõe a Convenção Europeia da Paisagem para o Direito Nacional, a paisagem define-se como «uma parte do território, tal como é apreendida pelas populações, cujo carácter resulta da acção e da interacção de factores naturais e ou humanos» (alínea *a*) do artigo 1.º do Decreto n.º 4/2005, de 14 de Fevereiro). Aplicando-se à entidade real, e compreendendo a dimensão objectiva associada aos elementos naturais e culturais em presença num dado território, esta definição legal assimila também a dimensão subjectiva resultante da apreciação humana dos mesmos elementos. A expressão «tal como é apreendida pelas populações» coloca tanto a percepção e a representação como as características do relevo, da vida selvagem, da arquitectura ou da demografia no centro do objecto de protecção: é sobre a «paisagem apreendida» que se aplicam as normas previstas.

Neste quadro conceptual, ganham relevância as paisagens literárias. A diferentes níveis, muitos textos literários descrevem paisagens e desenvolvem a sua narrativa em torno de um espaço geográfico. Enstice (1979) designou-as como «landscapes of the mind»: uma transposição interpenetrada pela realidade recordada e pela imaginação.

As paisagens literárias estabelecem com a realidade dos lugares uma relação de verosimilhança capaz de criar nos leitores uma ilusão de conhecimento e uma identificação territorial: os leitores partilham mentalmente os espaços descritos e assimilam essa geografia. Esta relação é independente do realismo da descrição: estabelecida uma visão, as metáforas tornaram-se mais reais do que os seus referentes e passam a integrar os cenários (Schama, 1995). Por outro lado, esta também não depende de incidirem apenas no aspecto visual de um território ou de serem reportórios das relações dos seres humanos com o seu meio envolvente. Olivier Rolin (2001) relatou o processo de identificação do leitor com o território urbano: «os escritores contribuem muito para nos enganar e para errarmos dentro e acerca das cidades. Lemos um desses livros cujo objecto é a cidade e depois, ao desembarcarmos um dia pela primeira vez,

constatamos que nada mudou desde que nunca lá estivemos» (p. 27). E foi mais longe na atribuição de valor às paisagens literárias urbanas: as cidades sobre as quais ainda não se escreveu «ainda estão à espera de nascer»; as outras, ao contrário, são «pontos cintilantes» no mapa do mundo (p. 28).

Utilizando uma adaptação do modelo de relação dos seres humanos com a paisagem desenvolvido pelo paisagista Ervin Zube (1987), parece explicitar-se a relação recíproca existente entre a paisagem real (o referente) e a paisagem literária (a representação). No esquema da Figura 1, seguindo o percurso interno descendente (de «paisagem» para «paisagem literária»), assinalam-se os elementos que condicionam a produção do escritor. O mesmo percurso poderia ser usado para explicar a construção das representações das paisagens literárias dos leitores. Para tal bastaria que, no esquema, se substituísse «paisagem» por «paisagem literária do escritor» e «paisagem literária» por «paisagem literária do leitor». As dimensões «informação», «experiência», «função de utilidade pessoal» e «contexto sócio-cultural» seriam determinantes nestes processos. Por outro lado, mudanças na paisagem real seriam também influenciadas pelas paisagens literárias (percurso externo ascendente), determinando escolhas.

Actualmente, os escritos literários são considerados poderosos estimuladores de imaginação, fontes de inspiração de outros criadores e formadores de opinião (e.g. Buell, 2001; Felstiner, 2009). As paisagens dos escritores (e dos seus leitores), ainda que diversas entre si e na sua relação com elementos objectivos, tornam-se relevantes pela criação de perspectivas sobre as características e a qualidade da paisagem. Esse reconhecimento foi-lhes atribuído pelo organismo responsável pela implementação da Convenção Europeia da Paisagem, o Conselho da Europa, num número da sua revista *Naturopa* (2005, n.º 103) dedicado ao tema «A Paisagem através da Literatura». Também a identificação dos valores subjectivos da paisagem, essencial para a definição dos «objectivos de qualidade paisagística» (artigo 6.º do Decreto n.º 4/2005, de 14 de Fevereiro) passam pela exploração do seu legado artístico e literário (Nogué & Sala, 2006). No contexto das paisagens urbanas, Harvey (2001) defendeu que, para a «haussmanização» de Paris nos finais do Segundo Império, as descrições balzaquianas da cidade terão tido um papel decisivo. Em Portugal, o trabalho feito pela Fundação Eça de Queiroz em Tormes é um exemplo de como um escritor se constituiu como um agente da harmonização entre o conhecimento das relações ecológicas, a sensibilidade estética e a percepção dos espaços.

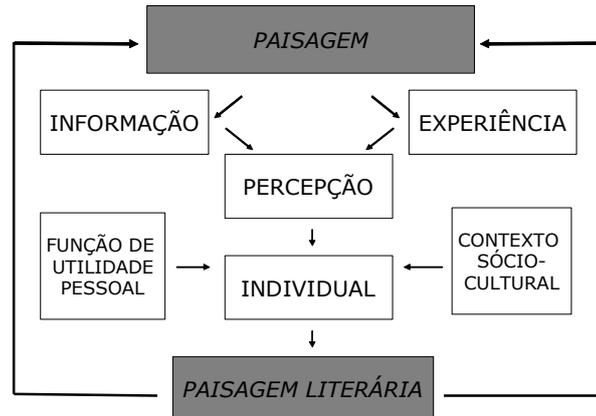


Figura 1 – Modelo da relação entre a paisagem e paisagem literária (adapt. Zube, 1987)

O estudo das paisagens literárias tem sido desenvolvido no âmbito dos estudos literários (tomando «o lugar» como tema da crítica) e de outras áreas disciplinares, nomeadamente a filosofia do ambiente, a geografia e a ecologia da paisagem. A análise e a crítica de textos literários que descrevem paisagens têm permitido uma apreciação dos seus elementos naturais e culturais, e da experiência subjectiva dos escritores em relação aos lugares, reflectida na linguagem usada e na selecção de temas e das características exaltadas, e ainda na carga metafórica ou simbólica como os cenários se interligam com as personagens. Para além desta dimensão espacial (e psico-espacial), a escrita literária sobre a paisagem possui uma dimensão temporal. Frequentemente, os escritores narram o que viveram e conheceram, construindo referenciais de paisagem que lhes são contemporâneos.

O projecto «Atlas das Paisagens Literárias de Portugal Continental»

Em finais de 2009, o Instituto de Estudos de Literatura Tradicional (IELT) iniciou um projecto ecocrítico de estudo de paisagens literárias, baseado em obras de escritores dos séculos XIX e XX. Este incide sobre todo o território de Portugal Continental, compilando excertos descritivos que possam ser geograficamente referenciados. A unidade mínima de referência geográfica é o NUTIII – nível III da Nomenclatura de Unidades Territoriais. Como produto final de um trabalho de leituras, selecção de excertos, classificação de acordo com um conjunto de descritores geográficos e de paisagem (agrupados em categorias, tais como formas de relevo, uso do solo, património natural, património cultural), e seu registo numa base de dados, pretende-se disponibilizar esta informação através de um *website* interactivo, baseado no mapa do território.

O projecto pretende (1) ligar a Literatura ao território, potenciando a recíproca valorização das obras literárias e das paisagens nelas representadas; (2) contribuir para o conhecimento do património natural e cultural, elementos-chave das identidades locais e regionais; (3) concorrer para a literacia ambiental, sobretudo no âmbito dos padrões e processos ecológicos associados às paisagens actuais; (4) ajudar a implementar a Convenção Europeia da Paisagem, nomeadamente na definição dos objectivos de qualidade paisagística a preservar e a valorizar.

O IELT conta, para isso, com a participação dos seus investigadores e de colegas de outros centros, e com muitos outros «leitores», entre estes alunos da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas (FCSH), enquadrados por um programa de «iniciação à investigação» integrado no currículo da licenciatura em Estudos Portugueses. Trata-se de um trabalho colectivo também eminentemente cooperativo: os contributos de cada um dos «leitores» serão postos à disposição dos colegas de projecto, e, posteriormente, também da comunidade científica e do público em geral. A bolsa de excertos literários que o mesmo gerará, para além de um enorme potencial de divulgação e de investigação, suporta actividades pedagógicas e de apoio à decisão política e administrativa em matérias de política de paisagem.

O projecto tem a parceria da Direcção Geral do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Urbano (DGOTDU), entidade responsável pela aplicação da política de paisagem no território de Portugal Continental, que ficará tutora do *website* e da base de dados de paisagens literárias, mesmo depois de terminada a compilação.

Sem querer entrar em pormenores excessivos sobre as metodologias e os resultados esperados, cumpre salientar os seguintes aspectos do projecto: (1) a abrangência do *corpus* literário a explorar conferir-lhe-á o estatuto do mais extenso e sistemático dos estudos sobre as paisagens literárias de Portugal Continental; (2) o facto de compreender um protocolo de leitura, que orienta a selecção dos excertos, a cumprir por todos os «leitores», confere coerência ao resultado da compilação colectiva, permitindo uniformizar os objectivos da pesquisa, a delimitação dos excertos e a sua classificação com base em descritores de paisagem; (3) os descritores da paisagem, para além do constituírem indicadores do conteúdo do excerto seleccionado, permitem pesquisas na base de dados com potencial para um tratamento de temas transversais e características paisagísticas.

No âmbito da investigação, algumas linhas de trabalho interdisciplinar, com carácter exemplificativo, estão já a ser preparadas: e.g. «a paisagem do litoral», «a paisagem da vinha», «a paisagem do lobo», «o sublime na paisagem», «a paisagem como um espelho». Apesar do potencial de investigação que resultará do trabalho de compilação planeado, não está ainda

definida nenhuma linha de trabalho relacionada com os temas urbanos. Todavia, note-se que o *corpus* literário do projecto dá à cidade, tema e cenário dominante da escrita modernista (Bradbury, 1976), um inerente lugar de destaque. Preston & Simpson-Housley (1994) realçam a relação entre a emergência das cidades e do romance, nos finais do século XIX: «the aggrandizing potential of the realistic novel, which quickly showed itself to be a vehicle for addressing the full range of contemporary issues, personal and political, local and national, may be compared to the development of the city as a location for an enormous range of people and activities» (p. 6).

Numa tendência que urge inverter, o ecocriticismo tem dado menos atenção a textos literários relativos aos ambientes urbanos. Segundo Bennett (2003), tal facto explicar-se-ia pela forte influência das correntes ambientalistas de pendor biocêntrico, tais como a «deep ecology». Recentemente, foi proposta a adopção de um novo paradigma para o estudo da relação entre a Literatura e o Ambiente, simbolicamente designado por «dragão do pântano» (Lioi, 2007). Este não só abre o universo de análise a um conjunto mais alargado de obras literárias como altera a forma de encarar os ambientes actuais (*e.g.* urbanos e industriais) e de apreciar e analisar os textos literários. A velha ordem do ecocriticismo associada aos valores da transcendência, da imutabilidade e do controlo, seria substituída: «finds the transcendence of the light inside the material world, eternity in the flux of matter, and distance as a sign of respect for the autonomy of otherkind» (*ibid.*, p. 27).

A Convenção Europeia da Paisagem, que dá enquadramento ao projecto, atribui valor e confere protecção a quaisquer paisagens, independentemente do seu carácter natural, rural, urbano e periurbano, de abrangerem áreas terrestres, águas interiores ou águas marítimas, de poderem ser ou não consideradas excepcionais, e de estarem ou não degradadas (artigo 2.º do Decreto nº.4/2005 de 24 de Fevereiro). Não só se maximiza a aplicação do normativo legal a toda e qualquer área do território, como o conceito de paisagem sofre um ajustamento. Para a pintura, forma artística que historicamente cunhou o termo holandês «landschap», a paisagem c. 1600 reconhecer-se-ia num sítio campestre ou através de um motivo rústico, e implicaria uma apreciação estética favorável (Porteous, 1996). Na época, a cidade (e o que hoje se designa por ambiente urbano) caracterizar-se-ia pela ausência de paisagem ou, em versões derivadas, pela sua falta de valor e significado.

A cidade através da Literatura – exemplos de Lisboa

Ideias sobre o campo e a cidade

Na Literatura, como noutras formas de representação artística, foram realçadas as diferenças entre os elementos naturais e as formas culturais de organização dos domínios espaciais a que se vulgarizou chamar o «campo» e a «cidade» (e.g. Williams, 1975). Visões destas realidades, que atravessaram a história da ideias desde o período clássico e foram ainda predominantes no século XIX, concebiam a «cidade» como um lugar de rejeição e decadência dos valores naturais e morais, em oposição ao «campo» idealizado, sempre belo, sempre saudável, e onde a ocupação humana se estabelecia em perfeito respeito e harmonia com os elementos naturais.

Em *A Morgadinha dos Canaviais* (1868), de Júlio Dinis, Henrique de Sousellas é um lisboeta de 27 anos, que sofre de «uma espécie de vácuo interior, um mal-estar, doença infalível nos celibatários sem família, quando chegam à idade a que chegou [...], e passam a vida como ele» (p. 49-50). Aceitando o conselho de um médico, decide passar uma temporada terapêutica na aldeia dos seus antepassados minhotos. Ao longo do romance, a cidade apresenta-se como um lugar doentio por oposição ao saudável ambiente do campo. O elogio de uma sociedade rural, pretensamente mais moral e virtuosa revela-se, sobretudo, através dos diálogos entre Henrique e Madalena (a morgadinha dos Canaviais). No campo, à dissimulação e presunção opor-se-ia a simplicidade e a frontalidade. Para além disso, ainda que a lavoura não fosse praticada pelos protagonistas do romance, o escritor aponta a ociosidade da cidade e contrapõe o trabalho e a actividade física como hábitos da aldeia. Embora não haja qualquer descrição das paisagens urbanas, ao ambiente artificial das cidades o escritor contrapõe o ambiente natural e as paisagens bucólicas. Trata-se de uma narrativa cujo registo campestre é ainda devedor da pastoral do século XVIII onde o pitoresco é elogiado e valorizado.

Um século e meio depois, Mário de Carvalho publica *Fantasia para Dois Coronéis e Uma Piscina* (2003) abordando também a relação entre a cidade e o campo. Na sua obra, dois militares reformados recuperaram montes no Baixo Alentejo e tornam-se vizinhos nas suas segundas habitações. O campo é ainda um lugar de refúgio, mas sobretudo uma alternativa de vida para uma burguesia ociosa e endinheirada. Apesar da recuperação «disfarçar cómodos modernos com a aparência artesanal» (p. 32), a piscina representa uma ruptura com os cânones rurais e é um símbolo desta nova relação entre a cidade e o campo: «destoa azulínea, e sobressalta com a transparência, a piscina, moderna e tratada a poder de fluidos caros e especiosos [...] espécie de olho de boi, desnaturado na paisagem, que é de prados e chaparraís, embalados por badalos

espaçados de rebanhos» (p. 19). Ao contrário do que sucede em *A Morgadinha dos Canaviais* – ou mesmo em *A Cidade e as Serras* (1901, pub. post.), de Eça de Queiroz, onde Jacinto faz apenas breves intervenções na quinta, tais como instalar um telefone –, os coronéis transportam os seus hábitos citadinos para a vida alentejana e, para a sua satisfação, alteram a paisagem rural. O narrador conta como, num primeiro momento, foram atraídos pela uma ambiência pastoral, e como rapidamente construíram um quotidiano de novas e lúdicas actividades: «começou a aparecer na esquina do monte, com a pistola-metralhadora a tiracolo, munições nos bolsos e várias latas vazias de cerveja num saco de plástico. E era uma animação naquela planície, o "ploc, ploc, ploc" das rajadas a estremecer as relvinhas, a levantar passarada, a soltar os coraçanitos de mamíferos minúsculos, e a provocar os latidos de todos os cães do concelho, por esses campos além, de uma maneira que não era costume, não estava na direitura das coisas e apoquentava flora, fauna e pessoal» (p. 33-4).

Com impactos económicos e ecológicos, a nova ocupação dos territórios rurais com habitações secundárias, é um tema relevante para um conjunto de disciplinas científicas e uma preocupação actual dos decisores políticos empenhados em políticas locais e regionais. Será que as paisagens literárias e a reflexão que estas inspiram podem contribuir para um debate público sobre o carácter da paisagem e sobre a relação entre a cidade e o campo que queremos desenvolver? A discussão sobre este novo ambiente rural, onde persiste o abandono da função agrícola e pastoril e ressalta a sua função lúdica e recreativa, não é alheia ao que se deseja para as cidades num futuro próximo.

História e geografia

São muitos os escritores consagrados que descrevem locais de Lisboa já desaparecidos ou profundamente alterados. As paisagens literárias que lhes correspondem constituem um património cultural com dimensão histórica e encerram um potencial de identificação local, regional e mesmo nacional que se julga essencial considerar na concretização da política de paisagem. Como afirmara Wirth-Nester (1996), «what may appear to be a “given” geographically, or what may seem merely a peripheral concession to fact (such as a street name or familiar landmark), can be a significant cultural locus» (p. 9).

Eça de Queiroz, por exemplo, foi um exímio e prolífico «retratista» da cidade de Lisboa e muitos excertos literários das suas obras serviriam para ilustrar a forma como os escritores contribuem para manter a memória histórica dos locais. Em *O Mistério da Estrada de Sintra* (1870), escrito com Ramalho Ortigão, a Rua dos Vinagres é mencionada como o mais ordinário lugar da cidade.

Com as demolições ordenadas pelo Estado Novo nas décadas de 1940 e 1950, destinadas a acabar com a criminalidade e os «maus costumes» que pretensamente encontravam refúgio na Mouraria, a Rua dos Vinagres foi arrasada. Esta era «uma viela que corria entre as desaparecidas ruas Silva e Albuquerque e do Arco do Marquês do Alegrete, a primeira a ocidente da Mouraria e a segunda, a oriente» (Castro Alves, 1984: p. 176).

Em *Um Escritor Confessa-se* (1972, publicação póstuma), Aquilino Ribeiro reflecte sobre a expansão da cidade nas primeiras décadas do século xx e lamenta como a sua envolvente natural vai sendo sacrificada: «um belo pedaço de Natureza» haveria de se transformar no Parque Eduardo VII; com a construção dos bairros novos que lhe ficam adjacentes destruíram-se «velhas árvores, arbustos, ervaçal e mato» (p. 98). Ao mencionar que «sucessivas vereações, mais criminosas umas que outras, fizeram-lhe o que o menino caprichoso faz a uma bolacha Maria, mordiscando à volta, até a reduzir a menos que uma moeda de dez réis», o escritor referia-se aos projectos urbanísticos de Ressano Garcia, engenheiro responsável pelo Repartição Técnica da Câmara Municipal de Lisboa nas últimas décadas do século xix. Estes incluíram um plano de expropriações para o Parque da Liberdade (área do actual Parque Eduardo VII e bairros confinantes), e para a Avenida das Picoas ao Campo Grande (actuais Avenidas Novas), e um traçado de eixos viários e loteamentos, tal como hoje fazem parte da paisagem de Lisboa (c.f. Rodrigues, 2000).

Em *Páscoa Feliz* (1932), José Rodrigues Miguéis descreve o Cais da Areia nas primeiras décadas do século xx: «As carroças e os camiões trovejavam todo o santo dia no pavimento irregular da rua. Cheirava ao mesmo tempo a gado, a fumo do carvão, a maresia, ao peixe frito das tabernas vizinhas – e ao bafio do escritório» (p. 50). Esta é a Lisboa das forjas, «cavernas infernais, cheias de sombras e clarões, onde os homens, negros e vermelhos, semelhantes a monstros, fabricavam estrelas, malhando nas bigornas» (*ibid.*). José Cardoso Pires olha para a mesma Lisboa industrial, em finais da década de 1960. Em *Alexandra Alpha* (1987), Braço de Prata é um lugar pleno de agitação, com o seu «terminal de eléctricos com tascas à volta cheias de condutores e agulheiros», onde se vêem passar «as operárias da fábrica de material de guerra, com o seu andar alegre, suas batas de cotim» e se assiste «a fugas de vendedeiras ambulantes perseguidas por polícias» (p. 86). Mesmo antes da alteração urbanística da zona oriental de Lisboa iniciada nos anos de 1990, os sectores portuários e fabris que se estendiam na faixa ribeirinha da cidade sofriam um profundo decréscimo. O mesmo ocorria em Alcântara, Belém e Pedrouços, onde, nos antigos complexos industriais e nos bairros operários adjacentes, surgiram, nos últimos anos, condomínios habitacionais dirigidos à classe média ou média/alta.

Marina Tavares Dias (1994) consagra um capítulo de *Lisboa Desaparecida* (volume 4) aos «passos» de Camões, Pessoa e Mário de Sá-Carneiro. Em Pessoa, apesar de a cidade aparecer «menos nas suas páginas ortónimas do que nos poemas de Álvaro de Campos ou no *Livro do Desassossego* de Bernardo Soares» (p. 193), a investigadora refere que o poeta deixou também, em seu próprio nome, inúmeras referências a ruas, escritórios ou cafés que habitualmente frequentava, num pequeno diário datado de 1913. A Baixa é o seu grande referente e é ainda hoje «nas ruas mais estreitas» que pode ser procurado o que resta da «Lisboa pessoana» (*ibid.*). Em Sá-Carneiro, realça a narrativa cartográfica, exemplificada com o conto «João Jacinto» (1908), escrito antes de o escritor se mudar para Paris. É de tal forma profusa e detalhada a menção aos topónimos da cidade, que o itinerário da vida da personagem pode ser transposto (ou sobreposto) a um mapa de Lisboa: João Jacinto habita um quarto alugado na Travessa da Condessa; passeia no Aterro (actual Avenida 24 de Julho), na Rua do Ouro e no Chiado; frequenta o D. Amélia (actual Teatro S. Luís) e o Coliseu e, aos domingos, o Campo Grande; vê a sua apaixonada na Pastelaria Marques, e esta segue de carro para a Rua de S. Roque (actual Rua da Misericórdia); na Rua Nova do Carmo, compra um cravo; à porta do café Gelo, no Rossio, consuma-se o seu suicídio; o carro que o atropela teria saído de uma garagem na Avenida Alexandre Herculano.

A relação entre a paisagem de Lisboa e a Literatura está a ser divulgada pelos serviços culturais da Câmara Municipal, num contexto pedagógico de apoio a actividades escolares, através de itinerários guiados dedicados à vida e à obra de alguns dos seus escritores: Luís de Camões, Eça de Queiroz, Fernando Pessoa, José Rodrigues Miguéis e José Cardoso Pires. O que valoriza Fernando Pessoa e os seus locais emblemáticos, inicia-se no Largo de S. Carlos (onde nasceu), passa pela igreja dos Mártires (onde foi baptizado), pelo Largo do Carmo (onde viveu), pelas ruas dos Douradores e da Assunção (onde trabalhou), e por diversos locais onde se reuniu com outros vultos da Cultura, tais como a Brasileira, o antigo Casino Lisbonense (local das Conferências do Casino, 1871), o antigo Café Suíço, o antigo Café Irmãos Unidos e o Martinho da Arcada. Em cada um destes locais a vida do escritor é enquadrada no contexto histórico e artístico da época, e são efectuadas leituras de alguns dos seus textos mais significativos.

Com o mesmo objectivo de valorizar a Literatura em estreita ligação com o território, a rede «Creative Cities» da UNESCO¹, concedeu o galardão de «cidades literárias» a Edimburgo, Iowa City e Melbourne, não apenas pelo reconhecimento dos seus escritores mas pelas iniciativas de

¹ http://portal.unesco.org/culture/en/ev.php-URL_ID=36746&URL_DO=DO_TOPIC&URL_SECTION=201.html

edição, divulgação e promoção de obras de literatura nacional e internacional. Se o interesse nacional existir, e uma candidatura for preparada, pergunta-se: porque não Lisboa? Ou o Porto? Para além de objectos culturais, as paisagens literárias revelam-se importantes produtos económicos. O turismo literário constitui um segmento complementar de muitas cidades do mundo: Londres, Stratford-upon-Avon, Edimburgo, Dublin, Nova Iorque e Paris, entre outras, recebem milhões de visitantes movidos pela vontade de encontrar os cenários das suas prévias vivências literárias.

Ambiente urbano

Também os temas ambientais mais actuais vêm nas reflexões literárias um importantíssimo arquivo de ideias e um catalisador da participação dos cidadãos leitores nas tomadas de decisão que lhes são proporcionadas.

Numa colectânea de estudos sobre representações literárias de cidades ibéricas, Tamen (2001) concentra-se na experiência de percorrer Lisboa a pé, testemunhada por Cesário Verde, Álvaro de Campos e José Rodrigues Miguéis. De acordo com o autor, a acidentada orografia da cidade, determinante na sua paisagem, induz no leitor a sensação de «exhausting walking». Não se trata apenas do esforço físico exigido ao sujeito que caminha mas também das suas dificuldades para determinar a sua posição no espaço ou o tempo que despenderá para atingir o seu objectivo.

Descrições literárias da paisagem espelham a relação entre a mobilidade e a percepção do «lugar atravessado», um vasto manancial inexplorado tanto na sua temática urbana como não urbana. Nas cidades, onde muitos dos seus habitantes empreendem regularmente, entre outros, os trajectos que os conduzem dos seus locais de habitação aos seus espaços de trabalho, opções de transporte e mobilidade são menos condicionadas pela experiência da paisagem (a qual se revela também um factor determinante para a qualidade de vida) que por motivos económicos ou de controlo da poluição.

Num tempo em que se abrem novas acessibilidades – eixos, circulares, túneis, viadutos – ao mesmo tempo que as preocupações com a identidade fisionómica da urbe incendeiam discussões, lembre-se um projecto lançado por Fialho de Almeida, há mais de 100 anos. Inspirado pela arquitectura do ferro e pela grandeza que a mesma propiciava, este escritor apresentou uma arrojada ideia para a ligação «entre S. Pedro de Alcântara e Sant’ Ana, e esta à Graça ou Monte do Castelo», através de uma ponte «sobre os vales da Avenida e Rua da Palma» (*Ilustração Portuguesa*, 1906 *apud* Dias, 1999: 17). Os seus pilares, com cerca de 80 metros de altura, encerrariam elevadores que permitiriam o acesso à avenida suspensa. Em defesa do seu

projecto, o escritor aludia à extraordinária experiência da paisagem que a obra permitiria: «Percorrer em manhãs e tardes essa avenida a 80 metros do solo, bordada de passeios e refúgios suspensos sobre mísulas, vendo por baixo vertiginosamente ferver a bicharia dos bairros pobres, a avenida a estender-se em regueiros brancos e verdes, de asfalto e folhas de árvores na estonteação de ar livre, com horizontes de voo de águia, seria um destes prazeres sibaríticos que os cogitadores de quimeras agradeceriam a Deus» (*ibid.*). Na colina do castelo, prefigurava ainda a construção de «um gigantesco solar de policromias e de rendas, ferro e cobre dourado, faianças e mármore branco» (*ibid.*). Visando ligar a Baixa ao Castelo, projectos singulares surgiram nas últimas décadas do século xx, de entre os quais se destaca o polémico elevador de S. Jorge, abandonado pela Câmara Municipal em 2001. Actualmente, o percurso goza de regulares carreiras de transportes públicos, entre os quais uma linha de eléctricos.

Os espaços públicos são definidos como territórios de partilha colectiva cuja apropriação não pode ser exercida por indivíduos ou grupos. Estes incluem jardins e calçadas, largos e alamedas, parques infantis, parques urbanos e espaços residuais entre urbanizações, e têm sido profusamente descritos na Literatura sobre Lisboa, tanto na sua fisionomia e composição como na sua forma de utilização e relação com os habitantes da cidade.

Em *A Exortação dos Crocodilos* (1999), de António Lobo Antunes, são várias as menções aos jardins do Torel e do Campo Santana: «ganas de sair a correr Campo Santana fora onde ao menos há paz, árvores e largueza [...], postar-me de velinha, frente ao espírita de bronze [...] sentar-me no Jardim do Torel no meio dos mendigos e dos infelizes do hospital de doidos» (p. 60); «a janela não dava para a estátua do Campo Santana como do meu lado, em que bastava chegar ao peitoril e via logo os cisnes e as rezas dos espíritos, mas para um jardim de bisca de reformados e a seguir às grades a ninhada de Lisboa toda em baixo» (p. 197). Em *O Ano da Morte de Ricardo Reis*, de José Saramago, descreve-se o Miradouro de Santa Catarina: «através da vidraça sem cortinas viu as palmeiras do largo, o Adamastor, os velhos sentados no banco, e o rio sujo lá adiante» (p. 206); «se a manhã está agradável sai de casa [...] para ler os jornais à luz clara do dia, sentado ao Sol, sob o vulto protector do Adamastor» (p. 263).

Termina-se este breve repositório com o romance de Rui Cardoso Martins, *Deixem Passar o Homem Invisível* (2009), o qual introduz na escrita literária o tema das catástrofes naturais. Em consequência de um pico de precipitação, «caíram hectolitros de gotas no mesmo segundo [...] uma cascata vertical espremida das nuvens pretas nos telhados» (p. 17-8), Lisboa vê-se paralisada pelas inundações. Um desabamento deixa a descoberto uma entrada na rede de escoamento de esgotos e de águas pluviais e, numa enxurrada, um jovem advogado cego e uma

crianças de 8 anos são arrastados para o seu interior. Este é o pretexto narrativo para apresentar a geologia, os vestígios arqueológicos e históricos, as canalizações, os ratos dos esgotos, o metropolitano, etc. A obra está repleta de alusões a diversas questões de planeamento e ordenamento urbanístico: fala-se de construções em leito de cheia (p. 79), da falta de preparação da cidade para situações de maior precipitação (p. 21) e de que «nestas zonas velhas, é a confusão, as sanitas das casas e as águas pluviais vão todas dar ao mesmo cano» (p. 57). Apresentada como um palimpsesto, a cidade subterrânea, suporte indispensável para a vivência dos lisboetas, revela-se quase desconhecida. No momento em que é preciso socorrer as duas vítimas, verifica-se a inexistência de um mapa da rede de escoamento, mas apenas descrições datadas de 1871 – *O Esgoto, a Limpeza e o Abastecimento das Águas em Lisboa. O que foram ou são, e o que devem ser considerado tudo a luz das boas práticas e doutrinas*, por Bernardino António Gomes. A fonte é real, e parte do seu texto é transcrito para o romance: «O vigésimo primeiro [boqueirão] começa no Caes das Columnas à ponte dos vapores, prolonga-se pela Rua do Ouro até à Praça de D. Pedro na amplitude de 2m,70 por 2m,20, segue assim ao longo do passeio, entra na Rua de S. José, no sítio aonde está a igreja, e vae igualmente vasto até Santa Marta, continuando depois menos amplo até São Sebastião da Pedreira» (p. 180). Um novo desenho urbano recomenda uma particular atenção ao ciclo hidrológico e à necessidade de, no seio das cidades, acomodar espaços naturais não edificados. Assim se garante a regulação do regime hídrico, a depuração biológica das águas que escorrem superficialmente (contaminadas por óleos, poeiras e detritos que se acumulam nas superfícies impermeáveis), e a função cultural e de recreio que é essencial à qualidade de vida dos que aí habitam (Ribeiro Telles, 1998).

Convite

Apresentaram-se apenas alguns exemplos do potencial que as paisagens literárias urbanas encerram. Nesta leitura, a cidade mostrou-se plural, heterogénea e criativa; as suas representações mostraram-se estimulantes de projectos e sonhos para mais e melhor urbanidade. Daí que, apesar de breve, esta apresentação suporte o convite à participação de todos os investigadores no trabalho de compilação, divulgação e investigação, já encetado pelo IELT. Seja como objecto da investigação, seja como fonte ou catalisador de novas sabedorias, as paisagens literárias urbanas podem assumir uma posição de destaque na compreensão e valorização das cidades actuais e no planeamento do seu futuro próximo.

Bibliografia

- Alves, D. M. Castro (1984): *Era Lisboa e Chovia...*, Lisboa, Livros do Brasil.
- Bennett, M. (2003): «From Wide Open Spaces to Metropolitan Places. The Urban Challenge to Ecocriticism», in M. Branch & S. Slovic (ed.), *The ISLE reader. Ecocriticism, 1993-2003*, Athens, The University of Georgia Press, p. 296-317.
- Bradbury, M. (1976): «The Cities of Modernism», in M. Bradbury & J. McFarlane (ed.), *Modernism: 1890-1930*, Harmondsworth, Penguin, p. 96-104.
- Buell, L. (2001): *Writing for an Endangered World: Literature, Culture, and Environment in the U.S. and Beyond*, Harvard University Press, Belknap.
- Dias, F. S. (1999): «Utopias para o Martim Moniz. Crónica de um antigo projectista», *Lisboa Urbanismo*, n.º 4, p. 16-21.
- Dias, M. T. (1994): *Lisboa Desaparecida*, vol. 4, Lisboa, Quimera.
- Enstice, A. (1979): *The Landscapes of the Mind*, Nova Iorque, St. Martin's Press.
- Felstiner, J. (2009): *Can Poetry Save the Earth? A Field Guide to Nature Poems*, New Haven, Yale University Press.
- Harvey, D. (2001): «The Cartographic Imagination», in V. Dharwadker (ed.), *Cosmopolitan Geographies. New Locations in Literature and Culture*, Nova Iorque e Londres, Routledge, p. 63-87.
- Lioi, A. (2007): Of Swamp Dragons, in A. M. Ingram, I. Marshal, D. J. Philippon, A. W. Sweeting (ed.), *Coming into Contact. Explorations in Ecocritical Theory and Practice*, Athens, The University of Georgia Press, p. 17-38.
- Nogué, J. & Sala, P. (2006): *Prototipus de catàleg de paisatge. Bases conceptuals, metodològiques i procedimentals per elaborar els catàlegs de paisatge de Catalunya*, Olot e Barcelona, Observatori del paisatge.
- Porteous, J. D. (1996): *Environmental Aesthetics. Ideas, Politics and Planning*, Nova Iorque, Routledge.
- Preston, P. & Simpson-Housley, P. (1994): «Introduction», P. Preston & P. Simpson-Housley (ed.), *Writing the city: Eden, Babylon and the New Jerusalem*, Londres, Routledge, p. 1-14.
- Rodrigues, I. M. (2000): «As Avenidas de Ressano Garcia (I)», *Lisboa Urbanismo*, n.º 13: p. 20-23
- Rolin, O. (2001): *O Meu Chapéu Cinzento. Pequenas Geografias*, trad. de Adelaide Cervaens Rodrigues, Porto, Edições Asa.
- Schama, S. (1995): *Landscape and Memory*, Londres, Harper Collins.

- Tamen, M. (2001): «A Walk about Lisbon», in J. R. Resina (ed.), *Iberian Cities*, Londres, Routledge, p. 33-40.
- Telles, G. Ribeiro (1998): «Um Novo Desenho Urbano», *Lisboa Urbanismo*, n.º 1, p. 6-7.
- Williams, R. (1973): *The Country and the City*, Londres, Chatto & Windus.
- Wirth-Nester, H. (1996): *City Codes: Reading the Modern Urban Novel*, Nova Iorque, Cambridge University Press.
- Zube, E. (1987): «Perceived Land Use Patterns and Landscape Values», *Landscape Ecology*, vol. 1, n.º 1, p. 37-45.

Edições das obras literárias, pela ordem de citação

- Júlio Dinis, *A Morgadinha dos Canaviais*, Lisboa, Ulisseia, 1962.
- Mário de Carvalho, *Fantasia para Dois Coronéis e Uma Piscina*, 3.ª ed., Lisboa, Caminho, 2003.
- Eça de Queiroz e Ramalho Ortigão, *O Mistério da Estrada de Sintra*, Porto, Lello & Irmão, 1974.
- Aquilino Ribeiro, *Um Escritor Confessa-se*, ed. revista e aumentada, Lisboa, Bertrand, 2008.
- José Rodrigues Miguéis, *Páscoa Feliz*, 5.ª ed., Lisboa, Estampa, 1981.
- José Cardoso Pires, *Alexandra Alpha*, 6.ª ed., Lisboa, Dom Quixote, 1999.
- António Lobo Antunes, *Exortação aos Crocodilos*, 1.ª ed., Lisboa, Dom Quixote, 1999.
- José Saramago, *O Ano da Morte de Ricardo Reis*, 3.ª ed., Lisboa, Caminho, 1984.
- Rui Cardoso Martins, *Deixem Passar o Homem Invisível*, 1.ª ed., Lisboa, Dom Quixote, 2009.